

**Diário Económico**

04-11-2015

Periodicidade: Diário**Classe:** Economia/Neócios**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 18714**Temática:** Transportes**Dimensão:** 861**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/32

Ministério Público investiga venda da Groundforce à Urbanos

Justiça quer saber por que razão a Urbanos não terá pago à TAP o valor devido pela compra de 50,1% da Groundforce, em 2011. Fernando Pinto foi ontem ouvido como testemunha. Presidente da Urbanos nega qualquer irregularidade. — P32

DIAP investiga incumprimento do contrato de venda da Groundforce

Ministério Público abriu um novo processo de investigação à venda da Groundforce.

Hermínia Saraiva e Lígia Simões
 herminia.saraiva@economico.pt

A venda de 50,1% da Groundforce à Urbanos está a ser alvo de investigação do Ministério Público em articulação com a Polícia Judiciária (PJ). Num processo aberto no final de 2014, o Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) de Lisboa quer saber porque não está a ser cumprido o contrato assinado no final de 2011 pela Urbanos e pela TAP, estando em causa alguns dos pagamentos do contrato, apurou o Diário Económico. Fernando Pinto, presidente da TAP, foi ouvido ontem na PJ, em Lisboa, no âmbito deste processo, uma inquirição na qualidade de responsável legal da TAP que acontece no mesmo dia em que o Económico divulgou a providência cautelar interposta pela Urbanos contra a privatização da TAP.

O inquérito agora conduzido pelo DIAP, liderado por Maria José Morgado, soma-se a outro que já decorre há cerca de dois anos, conduzido pelo Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), que também investiga matérias relacionadas com este processo de reprivatização, mas que inclui igualmente outros temas como seja a compra da operação da VEM, no Brasil, ou a compra dos Airbus A350. Ambos os inquéritos partiram de denúncias anónimas.

Na origem deste novo processo – numa investigação que está a ser conduzida pela Unidade Nacional de Combate à Corrupção da PJ, em articulação com a 9ª secção (que investiga os processos de crimes económicos) do DIAP de Lisboa – estará em causa o incumprimento, por parte da Urbanos, do pagamento de três milhões de euros – pela posição de 50,1% na Groundforce – acordado em 2011, bem como a não aplicação de um desconto mensal de 5% na factura dos serviços prestados pela empresa de ‘handling’ à TAP, o qual só terá sido aplicado no primeiro ano após a entrada Urbanos na empresa. Pelo contrário, e ao que o Económico apurou, o ‘fee’ de gestão de 150 mil euros mensais que a TAP deve pagar à Urbanos pelas sinergias que esta última traria à operação da Groundforce estará a ser integralmente pago.

Questionada a TAP e os ministé-



Paulo Figueiredo

rios da Economia e das Finanças, que partilham a tutela da companhia aérea, sobre um eventual incumprimento do contrato de venda da Groundforce, não foi possível obter qualquer esclarecimento até ao fecho desta edição. Ao que o Económico apurou, o accionista minoritário da Groundforce não terá alegado incumprimento de contrato porque paga as facturas recebidas pela empresa descontadas dos 5% que considera serem-lhe devidos.

Contactado, Alfredo Casimiro, presidente da Urbanos, contesta esta informação garantindo que “tudo o que foi acordado está a ser integralmente cumprido” respeitando os acordos assinados com a Parpública e que passaram pelo crivo do Tribunal de Contas e da Autoridade da Concorrência. “É completamente abjecto e qualquer coisa que possam dizer sobre isso é apenas pura maldade”, reafirma.

Quanto à não aplicação de um desconto de 5% à companhia aérea

pela prestação de serviços de ‘handling’, o presidente da Urbanos diz que esta “é uma questão entre a SPDH [entidade que detém a marca Groundforce] e a TAP que nada tem a ver com o accionista Alfredo Casimiro”.

Estado e Gateway notificados da providência cautelar

A inquirição de Fernando Pinto, marcada há mais de uma semana, coincide com o dia em que foi conhecida a providência cautelar interposta pela Urbanos contra privatização da TAP, informação que Alfredo Casimiro não confirma, nem comenta.

Já fonte oficial do ministério da Economia confirma ter sido notificada da existência da providência cautelar que dizem estar “a analisar”. O mesmo acontece com o departamento jurídico do consórcio da Atlantic Gateway. Tal como o Económico avançou ontem, a Urbanos quer travar o processo de privatização da TAP, temendo que a mesma ponha em causa a opção de compra de 49,9% do capital da Groundforce que permanece nas mãos da companhia aérea. A empresa de logística alega que o Estado violou a Lei-Quadro das Privatizações, alegando que a Groundforce, alvo de uma reprivatização em 2012, nunca poderia ser incluída no grupo TAP agora vendido à Gateway. ■

O DIAP de Lisboa quer saber porque não está a ser cumprido o contrato assinado no final de 2011 pela Urbanos e pela TAP.